

**HABEAS CORPUS Nº 445.915 - SC (2018/0088066-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : DORACI PADILHA**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL CULPOSA NO TRÂNSITO. ART. 303, *CAPUT*, DA LEI N. 9.503/1997, C/C OS ARTS. 61, I, E 70, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. MODALIDADE PREVISTA EM LEI ESPECIAL QUE PREVALECE SOBRE A GERAL. CARÁTER EDUCATIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. PERDA DO OBJETO. SOBREVEIO O TRANSITO EM JULGADO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.

1. Nos casos de condenação igual ou inferior a 1 ano, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por multa ou por uma restritiva de direitos, nos termos do art. 44, § 2º, do Código Penal. Todavia, nos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, há expressa menção, nas hipóteses de reprimenda substitutiva, à aplicação da pena de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

2. O Tribunal de origem, ao determinar a substituição da reprimenda por prestação de serviços à comunidade, não só aplicou a norma prevista em lei especial como também trouxe fundamentação concreta, haja vista que apenas a imposição de pena pecuniária não atende a um dos objetivos da sanção por ser inócua à reeducação da sentenciada quanto ao delito praticado.

3. Com a superveniência do trânsito em julgado da condenação, fica prejudicada a análise da almejada suspensão dos efeitos da condenação.

4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conhecer parcialmente do pedido e, nesta parte, denegar a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

